



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Departamento Penitenciário Nacional

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 56/2019

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 56/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, POR INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL E A EMPRESA ENGEPROM ENGENHARIA LTDA.

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL - DEPEN**, com sede no Setor Comercial Norte - SCN, Quadra 03, Bloco "B", Edifício Victória, Brasília/DF, CEP 70713-020, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.394.494/0008-02, representado pelo Diretor da Penitenciária Federal de Porto Velho/RO, Sr. **LEONARDO ROSA MAIA**, inscrito no CPF sob nº 075.144.277-16, Carteira de Identidade nº 88900469, expedida pela SESP-RJ, nomeado pela Portaria nº 1615, de 8 de outubro de 2019, publicada no D.O.U. nº 197, de 10/10/2019, Seção 2, página 49, no uso da competência subdelegada pelo art. 2º da Portaria GAB-DEPEN nº 279, de 17 de junho de 2020, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **ENGEPROM ENGENHARIA LTDA**, estabelecida no Setor de Indústria, trecho 03, lote 990, Sala 102/6/7, CEP: 71.200-030, Brasília/DF, inscrita no MF/CNPJ sob o nº 04.762.861/0001-68, neste ato representada pelo Sr. **DEUSDETE BERNARDES DA SILVA**, brasileiro, portador da carteira de identidade nº 7348/D CREA-DF e do CPF nº: 481.829.746-15, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 56/2019, consoante o disposto no Art. 65, inciso I, alínea "b", c/c §1º da Lei nº 8.666/93. inciso I, e demais disposições legais.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1 O objetivo do presente Termo Aditivo consiste em corrigir a planilha de custos e formação de preços que baseou a primeira renovação do contrato nº 56/2019 em função de erros constatados nos autos do processo 08120.000645/2019-14. Em decorrência das alterações, com anuência da contratada registrada nos autos (16240738) da planilha identificada pelo nº Sei (16160876), o valor global do contrato passa de R\$ 2.176.649,64 (dois milhões, cento e setenta e seis mil seiscentos e quarenta e nove reais e sessenta e quatro centavos) para R\$ 2.161.080,60 (dois milhões, cento e sessenta e um mil oitenta reais e sessenta centavos), com efeitos a partir de 11/12/2020.
- 1.2 O período da primeira prorrogação do contrato, a contar de 11/12/2020 a 11/12/2021, não sofre alterações com a formalização deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA REPACTUAÇÃO

- 2.1 Fica resguardado o direito da Contratada em pleitear repactuação do Contrato 56/2019, conforme condições previstas na Cláusula Sexta, do mesmo instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - RATIFICAÇÃO

- 3.1 As demais Cláusulas do Contrato nº 56/2019 permanecem inalteradas e são, pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

CLÁUSULA QUARTA – PUBLICAÇÃO

- 4.1 A Contratante providenciará a publicação deste Termo Aditivo, por extrato, no Diário Oficial da União, conforme determina o parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.
- 4.2 E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, o qual, depois de lido e achado conforme, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

LEONARDO ROSA MAIA

Diretor da Penitenciária Federal de Porto Velho/RO

CONTRATANTE

DEUSDETE BERNARDES DA SILVA

ENGEPROM ENGENHARIA LTDA CONTRATADA

CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Deusdete Bernardes da Silva**, **Usuário Externo**, em 29/10/2021, às 17:42, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Rosa Maia**, **Diretor(a) da Penitenciária Federal de Porto Velho/RO**, em 03/11/2021, às 11:36, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **16240745** e o código CRC **27B18D13**.
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.